

No segundo dia de visita a autoridades brasileiras, o presidente da Transparência Internacional, José Carlos Ugaz, alertou que o Brasil precisa mudar a cultura do “jeitinho”. A entidade é uma organização não governamental que atua no combate à corrupção em mais de 100 países. Na declaração feita diante de deputados de mais de seis partidos, entre eles, Rede, PSOL, PSDB, PMDB, PSB e PPS, Ugaz afirmou que só com uma mudança cultural é possível enfrentar a corrupção.

“Sem isto fica difícil fazer com que atos de corrupção cheguem ao fim.” O peruano, que esteve com o juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, em Curitiba, voltou a defender ontem (28), junto com parlamentares da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, a internacionalização da Lava Jato. Provocado pelo deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), que alertou sobre o interesse de algumas autoridades brasileiras no fim da operação, Ugaz afirmou que as investigações têm que seguir até o fim.

“Ficou claro que não há vinculação política na Lava Jato. As investigações têm que ir até o fim, caia quem caia. Ninguém está acima da lei”, disse o presidente da entidade, lembrando que atuou como um dos investigadores na operação que afastou o ex-presidente peruano Alberto Fujimori do poder.

O presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, deputado Mendes Thame (PV-SP), reconheceu que a legislação brasileira ainda tem “buracos” que precisam ser tapados antes de se pensar em um agravamento das penas aplicadas no país para crimes de corrupção. Segundo ele, o Congresso tem nas mãos, neste momento, uma oportunidade rara de aprovar mudanças, entre elas o projeto de iniciativa popular que ficou conhecido como “10 medidas de combate à corrupção”.

Com mais de 2 milhões de assinaturas, o projeto aguarda o parecer da comissão especial criada para analisar propostas, que em seguida deverá ser votado pelo plenário da Câmara. O colegiado foi criado no último dia 14, mas até agora apenas 16 dos 30 integrantes foram indicados pelos líderes partidários. Ainda faltam nomes do PMDB (4), PP (2), PTN (1), PSC (1) e PT (3). Somente com a composição completa, começa a contar o prazo de 40 sessões para que a comissão conclua os trabalhos.

[Fonte: Agência Brasil, 29 de junho de 2016](#)